



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
(ILAESP) DESENVOLVIMENTO RURAL E
SEGURANÇA ALIMENTAR**

**OS ALIMENTOS OFERTADOS PELO PROGRAMA NACIONAL DE
ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) NO MUNICÍPIO DE FOZ DO
IGUAÇU, NO PERÍODO DE 2016-2022: DESAFIOS E PERSPECTIVAS**

JOSÉ ARTHUR RODRIGUES GOMES CUNHA

Foz do Iguaçu
2022



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
(ILAESP) DESENVOLVIMENTO RURAL E
SEGURANÇA ALIMENTAR**

**OS ALIMENTOS OFERTADOS PELO PROGRAMA NACIONAL DE
ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) NO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU,
NO PERÍODO DE 2016-2022: DESAFIOS E PERSPECTIVAS**

JOSÉ ARTHUR RODRIGUES GOMES CUNHA

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Instituto Latino-Americano
de Economia, Sociedade e Política da
Universidade Federal da Integração
Latino-Americana, como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharel em
Desenvolvimento Rural e Segurança
Alimentar
Orientador: Prof. Dr. Dirceu Basso

Foz do Iguaçu
2022

JOSÉ ARTHUR RODRIGUES GOMES CUNHA

OS ALIMENTOS OFERTADOS PELO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) NO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU, NO PERÍODO DE 2016-2022: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Instituto Latino-Americano
de Economia, Sociedade e Política da
Universidade Federal da Integração
Latino-Americana, como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharel em
Desenvolvimento Rural e Segurança
Alimentar
Orientador: Prof. Dr. Dirceu Basso

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Doutor Dirceu Basso
UNILA

Prof. Doutor. Valdemar João Wenz Junior
UNILA

Prof. Doutora. Patrícia dos Santos Pinheiro
UFPB

Foz do Iguaçu, _____ de _____ de _____.

TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Nome completo do autor(a): José Arthur Rodrigues Gomes Cunha

Curso: Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar

	Tipo de Documento
(.....) graduação	(.....) artigo
(.....) especialização	(X.) trabalho de conclusão de curso
(.....) mestrado	(.....) monografia
(.....) doutorado	(.....) dissertação
	(.....) tese
	(.....) CD/DVD – obras audiovisuais
	(.....) _____

Título do trabalho acadêmico: OS ALIMENTOS OFERTADOS PELO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) NO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU, NO PERÍODO DE 2016-2022: DESAFIOS E PERSPECTIVAS.

Nome do orientador(a): Dirceu Basso

Data da Defesa: ____/____/____

Licença não-exclusiva de Distribuição

O referido autor(a):

a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que o detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o autor autoriza a Biblioteca Latino-Americana – BIUNILA a disponibilizar a obra, gratuitamente e de acordo com a licença pública *Creative Commons Licença 3.0 Unported*.

Foz do Iguaçu, ____ de _____ de _____.

Assinatura do Responsável

AGRADECIMENTOS

Agradeço esta conquista a meus familiares, minha mãe Regina, meu pai Charles, minha irmã Jessica e irmãos João Victor e Samuel, meu sogro Luiz e sogra Claudia, e em especial minha companheira Débora. Obrigado pelo apoio e incentivo no decorrer do curso

Agradeço ao meu orientador pelas aulas e contribuições importantes nessa reta final do curso.

Agradeço o aprendizado, profissionalismo e dedicação dos professores e professoras que fizeram parte da minha formação no curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar.

Agradeço os entrevistados pelas contribuições com este trabalho.

Agradeço aos participantes da banca examinadora, e a todos os amigos que contribuíram com este trabalho final.

*Buscar uma alimentação prazerosa e em equilíbrio com a natureza é uma atitude política - **Carlo Petrini***

CUNHA, José Arthur R. G. **OS ALIMENTOS OFERTADOS PELO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) NO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU, NO PERÍODO DE 2016-2022: DESAFIOS E PERSPECTIVAS**. 2022. 44 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso (Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2022.

RESUMO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) visa à transferência de recursos financeiros destinados a compra de alimentos com objetivo de suprir parcialmente as necessidades alimentares de estudantes de todas as etapas da educação básica pública. Favorece a aquisição de alimentos produzidos por Agricultores Familiares, facilita a articulação entre agricultores e o governo e fornece alimentos seguros e adequados promovendo hábitos saudáveis. O presente estudo teve como objetivo identificar a variedade e classificar por nível de processamento de acordo com a NOVA classificação do Guia Alimentar para a população brasileira, os alimentos ofertados pelo PNAE Municipal de Foz do Iguaçu, no período de 2016 a 2022; bem como analisar a participação dos agricultores familiares na oferta de produtos. A metodologia consiste em um estudo descritivo e exploratório, realizado a partir de pesquisa bibliográfica utilizando artigos, documentos governamentais obtidos no Portal da transparência e a aplicação de 02(duas) entrevistas sendo uma gestora pública Nutricionista da Secretaria de Educação do Município e um gerente financeiro de uma cooperativa local. Alguns dos resultados obtidos na pesquisa são que as aquisições de alimentos in natura ou minimamente processados aumentaram ocorrendo principalmente por meio de processos licitatórios, por outro lado a Chamada Pública destinada a compra de alimentos oriundos da agricultura familiar se mantém estável com tendência a diminuir em relação à variedade de produtos. Nota-se que apesar de leis que promovem a aquisição de alimentos oriundos da agricultura familiar a maior parte do recurso investido no programa destina-se a compras através dos Pregões. As entrevistas identificaram que há dificuldades para aquisição de alimentos da cooperativa, um dos motivos mencionados é a falta de profissionais de Assistência técnica e Extensão rural e o acesso a outras políticas públicas. Neste sentido, entendemos as políticas públicas como mecanismos essenciais para garantir a Segurança Alimentar e fomentar a agricultura familiar contribuindo para o surgimento de associações e cooperativas, estimulando hábitos alimentares saudáveis e fornecendo o apoio técnico necessário.

Palavras-chave: Alimentação Escolar. Agricultura Familiar. Guia Alimentar. Segurança Alimentar. Mercado Institucional.

CUNHA, José Arthur R. G. **LOS ALIMENTOS OFRECIDOS POR EL PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTACIÓN ESCOLAR (PNAE) EN EL MUNICIPIO DE FOZ DO IGUAÇU, EN EL PERÍODO 2016-2022: DESAFÍOS Y PERSPECTIVAS.** 2022. 44 páginas. Finalización del trabajo de curso (Desarrollo Rural y Seguridad Alimentaria) – Universidad Federal de la Integración Latinoamericana, Foz do Iguaçu 2022.

RESUMEN

El Programa Nacional de Alimentación Escolar (PNAE) tiene como objetivo la transferencia de recursos económicos para la compra de alimentos con el fin de cubrir parcialmente las necesidades alimentarias de los estudiantes de todas las etapas de la educación básica pública. Fomenta la compra de alimentos producidos por Agricultores Familiares, facilita la articulación entre los agricultores y el gobierno y proporciona alimentos seguros y adecuados, promoviendo hábitos saludables. El presente estudio tuvo como objetivo identificar la variedad y clasificar por nivel de procesamiento según la NUEVA clasificación de la Guía de Alimentos para la población brasileña, los alimentos ofrecidos por el PNAE Municipal de Foz do Iguaçu, en el período de 2016 a 2022; así como analizar la participación de los agricultores familiares en la oferta de productos. La metodología consiste en un estudio descriptivo y exploratorio, realizado a partir de una investigación bibliográfica utilizando artículos, documentos gubernamentales obtenidos del Portal de Transparencia y la aplicación de 02 (dos) entrevistas siendo un gestor público nutricionista de la Secretaría de Educación Municipal y un gestor financiero de una cooperativa local. Algunos de los resultados obtenidos en la investigación es que las compras de alimentos in natura o mínimamente procesados se han incrementado, ocurriendo principalmente a través de procesos de licitación, por otro lado, la Convocatoria Pública para la compra de alimentos provenientes de la agricultura familiar se mantiene estable con tendencia a la baja en relación a la variedad de productos. Se destaca que a pesar de las leyes que promueven la compra de alimentos de la agricultura familiar, la mayor parte de los recursos invertidos en el programa se destinan a compras a través de las licitaciones competitivas. Las entrevistas identificaron que existen dificultades en la compra de alimentos de la cooperativa, una de las razones mencionadas es la falta de asistencia técnica y extensionistas rurales y acceso a otras políticas públicas. En este sentido, entendemos las políticas públicas como mecanismos esenciales para garantizar la Seguridad Alimentaria y promover la agricultura familiar, contribuyendo al surgimiento de asociaciones y cooperativas, fomentando hábitos alimentarios saludables y proporcionando el soporte técnico necesario.

Palabras clave: Alimentación Escolar. Agricultura familiar. Guía de alimentos. Seguridad alimentaria. Mercado Institucional.

LISTA DE GRAFICOS

Gráfico 1 – Percentual do valor investido pelo FNDE em aquisições de produtos da agricultura familiar de 2011- 2021 em Foz do Iguaçu.....	19
Gráfico 2 – Aquisições do PNAE de acordo com a NOVA classificação dos alimentos, no período de 2016 a 2022, em Foz do Iguaçu	29
Gráfico 3 – Aquisições de alimentos por meio da Chamada Pública de acordo com a NOVA classificação dos alimentos, no período de 2016 a 2022, em Foz do Iguaçu.	29
Gráfico 4 – Aquisições via Pregão de acordo com a NOVA classificação dos alimentos, no período de 2016 a 2022, em Foz do Iguaçu	30
Gráfico 5 – Número de alimentos adquiridos divididos por modalidade de compra e ano, no período de 2016 a 2022, em Foz do Iguaçu.....	31
Gráfico 6 – Aquisições modalidade de compra e nível de processamento, no período de 2016 a 2022, em Foz do Iguaçu.....	32
Gráfico 7 – Culturas temporárias de maior relevância no ano 2020 (toneladas).	34
Gráfico 8 – Culturas permanente de maior relevância no ano 2020(toneladas).....	34

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Aquisições de alimentos em Chamadas Públicas e Pregões, no período de 2016 a 2022, em Foz do Iguaçu.....	25-28
--	-------

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CAPA	Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia
CAE	Conselhos de Alimentação Escolar
CME	Campanha de Merenda Escolar
CMEIS	Centros Municipais de Educação Infantil
CGU	Controladoria Geral da União
COAFFOZ	Cooperativa da Agricultura Familiar de Foz do Iguaçu
COAFASO	Cooperativa da Agricultura Familiar e Solidária do Oeste
EAN	Educação Alimentar e Nutricional
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IC	Ingredientes Culinários
IDSC-BR	Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil
INMP	In Natura ou Minimamente Processados
MP	Ministério Público
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
P	Processado
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNSAN	Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
TCU	Tribunal de Contas da União
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UP	Ultraprocessado

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE): BREVE HISTÓRICO.....	14
3 ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU.....	18
3.1 Agricultura, Segurança alimentar e o papel da alimentação na educação.	21
3.2 Alimentos ofertados pelo PNAE em Foz do Iguaçu.	24
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS	43
APÊNDICES.....	44

1 INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é um programa social que visa à transferência de recursos financeiros destinados a compra de alimentos para suprir parcialmente as necessidades alimentares de alunos de escolas Estaduais e Municipais. Busca ofertar alimentos seguros e adequados e promover a formação de bons hábitos através de atividades de educação alimentar (BRASIL, 2009).

O programa possui uma modalidade de compra específica para aquisição de alimentos produzidos por agricultores familiares a Chamada Pública. No município de Foz do Iguaçu situado no extremo oeste do Paraná, existem várias atividades relacionadas à produção de alimentos, estima-se que agricultura de base familiar é responsável por aproximadamente 40% do total da produção agrícola no Município (FERREIRA, 2015).

O estudo do tema (Agricultura familiar e Alimentação Escolar) se deu pelo interesse em compreender como se dá a aquisição de alimentos pelo PNAE e qual a participação da agricultura familiar na oferta de alimentos destinados a alimentação escolar no município, bem como analisar as variedades de alimentos ofertados e a relação da produção e consumo em circuitos curtos com o desenvolvimento sustentável.

Neste sentido, o Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo verificar as variedades e o nível de processamento dos alimentos ofertados pelo PNAE em Foz do Iguaçu, no período de 2016 a 2022. Entre os objetivos específicos: 1) Identificar a variedade de produtos disponibilizados para atender ao PNAE; 2) Caracterizar os produtos utilizados no PNAE entre in natura ou minimamente processados, processados e ultra processados; 3) Analisar a participação de agricultores familiares na oferta de produtos.

O estudo é descritivo e exploratório, realizado a partir de pesquisa bibliográfica utilizando artigos, coleta de dados primários a partir de entrevistas com roteiro semiestruturado (APÊNDICE 01), aplicadas no mês de Junho de 2022, a uma gestora pública nutricionista da Secretaria de Educação do Município de Foz do Iguaçu e um gerente financeiro da Cooperativa da Agricultura Familiar de Foz do Iguaçu (COAFFOZ).

Também foram utilizados documentos governamentais obtidos por meio de pesquisas no Portal da transparência, buscando por processos *homologados* no campo de pesquisa Situação e no campo de pesquisa Objeto utilizou-se a palavra chave

"alimentação escolar". Considerando as informações referentes às modalidades de compra Chamada pública e Pregão, realizados pela Secretaria Municipal de Educação no período de 2016 a 2022. Os dados foram organizados em planilhas e gráficos para que possam ser classificados e analisados. O período corresponde às publicações das Resoluções do FNDE nº 4, 2015 e nº 6, 2021 referentes respectivamente à fixação e o aumento do limite individual de venda dos agricultores familiares possibilitando maior oferta de produtos.

O trabalho está dividido em Capítulo I onde é apresentado um breve histórico do PNAE, traz as principais mudanças que ocorreram nos últimos anos; Capítulo II apresenta características da alimentação escolar no município de Foz do Iguaçu; o Capítulo III aborda a relação do conceito de Segurança alimentar e Nutricional inserido na alimentação escolar, apresenta os resultados obtidos e estabelece uma breve análise dos alimentos ofertados pelo programa no município. Por fim, temos as considerações finais e as referências bibliográficas.

2 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)

O PNAE é um dos eixos da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) e do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). O programa público de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) de maior abrangência, que visa à transferência de recursos financeiros ao Distrito Federal, estados e municípios destinados à compra de alimentos para estudantes; contemplando todas as escolas do ensino infantil ao ensino fundamental, médio e educação de jovens e adultos (FNDE, 2020; PEIXINHO, 2013).

Fornece refeições para o estudante suprimindo o mínimo de 20% das suas necessidades nutricionais e estabelece limites para quantidades de açúcar, sal, gorduras totais, saturadas e gorduras trans. O que contribui para saúde, crescimento, desenvolvimento biopsicossocial, aprendizagem e o rendimento escolar (LIBERMANN, 2015).

É um dos mais antigos programas sociais do Brasil e ao longo do tempo sofreu mudanças no discurso e organização estrutural, tornando-se importante estratégia de combate à fome. A ação de seus executores garante o direito à alimentação saudável e contribui com o fortalecimento da agricultura familiar local (FROEHLICH, 2010).

O programa surge em um contexto de crise onde a fome se agravava no país e no mundo. Antes de sua criação existiam ações voluntárias responsabilizando-se pelo fornecimento de alimentação escolar (STOLARSKI, 2014). Diante desse cenário por volta de 1940 o Instituto de Nutrição defende que o Governo Federal deveria arcar financeiramente com a garantia da alimentação escolar. Neste período é importante destacar a atuação do sociólogo Josué de Castro, que na década de 1950, publicou o livro Geografia da Fome, onde apresenta o grave quadro de desnutrição e a necessidade de uma ação nacional para diminuir a fome por meio da ação e vontade dos atores sociais (PEIXINHO, 2013).

Somente na década de 1950 foi elaborado um Plano Nacional de Alimentação e Nutrição, onde foi estruturado um programa de alimentação escolar em âmbito nacional, sob a responsabilidade pública. Nas fases iniciais o programa contou com auxílio de instituições internacionais que financiavam alimentos como leite em pó e farinha enriquecida, destinados à nutrição materno infantil (MALUF, 2009).

Assim é instituída em 1955 a Campanha de Merenda Escolar (CME)

subordinada ao Ministério da Educação, que passa a se denominar Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE) em 1965. E no ano de 1979 passa a se chamar Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (PEIXINHO, 2013).

Na Constituição Federal de 1988 é assegurado o direito à alimentação escolar por meio de programas com verbas previstas no orçamento, oferecidos pelos governos federal, estaduais e municipais (SCHOTTZ, 2012).

O financiamento do PNAE ocorre em conjunto com o Governo Federal que através do Programa Dinheiro Direto presta assistência financeira, em caráter suplementar, às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal, às escolas de educação especial conveniadas ao poder público - beneficentes e/ou filantrópicas, bem como os polos presenciais da Universidade Aberta do Brasil - UAB, que ofertam programas de formação inicial ou continuada a profissionais da educação básica (BRASIL, 2009).

O valor repassado pela União a estados e municípios por dia letivo para cada aluno é definido de acordo com a etapa e modalidade de ensino: Creches: R\$ 1,07; Pré-escola: R\$ 0,53; Escolas indígenas e quilombolas: R\$ 0,64; Ensino fundamental e médio: R\$ 0,36; Educação de jovens e adultos: R\$ 0,32; Ensino integral: R\$ 1,07; Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral: R\$ 2,00 e Atendimento Educacional Especializado no contraturno: R\$ 0,53 (BRASIL, 2022).

O repasse é feito diretamente aos estados e municípios, com base no Censo Escolar realizado no ano anterior ao do atendimento. O pagamento pelo Governo Federal é realizado em dez (10) parcelas mensais (de fevereiro a novembro) para a cobertura de 200 (duzentos) dias letivos, conforme o número de matriculados em cada rede de ensino, o restante é complementado pela Prefeitura de Foz do Iguaçu (BRASIL, 2013)

O Programa é acompanhado e fiscalizado diretamente pela sociedade, por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), pelo FNDE, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Controladoria Geral da União (CGU) e pelo Ministério Público (MP) (BRASIL, 2022).

Com a Lei nº 8.913 de 1994, houve a descentralização do programa passando aos municípios e as Secretarias de Educação a competência para atendimento aos alunos das redes municipais das prefeituras, responsabilizando-se pelo planejamento dos cardápios, adquirir os gêneros alimentícios, efetuar o controle de qualidade e distribuí-los (FNDE, 2022).

Pouco tempo depois, no ano de 1998, a transferência passou a ser feita automaticamente a todos os municípios e Secretarias de Educação, com o valor diário per capita era de R \$0,13 (o câmbio real/dólar nesse período era de 1/1) (BRASIL, 2022).

Em 2000 foi instituído em cada município o Conselho de Alimentação Escolar (CAE) como órgão deliberativo, fiscalizador e de assessoramento para a execução do PNAE. Formados por representantes de entidades civis organizadas, dos trabalhadores da educação, dos discentes, dos pais de alunos e representantes do poder Executivo (PEIXINHO, 2013).

Em 2001 passa a ser obrigatório que 70% dos recursos transferidos sejam aplicados em produtos básicos, respeitando os hábitos alimentares regionais e a vocação agrícola do município, estimulando o desenvolvimento da economia local. É com a incorporação do conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) aumentam as exigências quanto à aquisição dos alimentos, levando em conta aspectos nutricionais e sanitários (BRASIL, 2022; MALUF, 2009).

Outra conquista marcante ocorreu no ano de 2006 quando houve a inclusão de profissionais da área de Nutrição atuando como responsáveis técnicos do PNAE em todas as entidades executoras, o que trouxe melhorias significativas ao programa (FNDE, 2022).

A Lei nº 11.947 de 2009 expandiu o acesso ao programa para toda a rede pública de educação básica, e a garantia de que, no mínimo, 30% dos repasses do Fundo Nacional de Desenvolvimento e Educação (FNDE) sejam investidos na aquisição de produtos da agricultura familiar. E inclui a educação alimentar e nutricional no contexto educacional, incentivando hábitos saudáveis e o desenvolvimento sustentável. Também estabelece que a aquisição dos produtos oriundos da agricultura familiar, poderia ser feita através de dispensa de procedimento licitatório onde se busca a proposta de contratação mais vantajosa financeiramente para a administração, com a finalidade de promover o fortalecimento da agricultura familiar e sua contribuição para o desenvolvimento local e social (BRASIL, 2013; MESSIAS, 2018; JUSTEN FILHO, 2010).

Em 2015, a Resolução CD/FNDE nº 4 estabelece novos critérios de aquisição de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou suas organizações. Entre outras mudanças modifica a forma de seleção e classificação dos projetos de venda; estabelece os preços dos produtos a serem adquiridos da agricultura familiar e define o limite individual de venda de R\$ 20 mil para o agricultor familiar na comercialização para o PNAE por entidade executora, ocorrendo um

reajuste com a Resolução nº 06, de 2021 passando para R\$ 40 mil por DAP anualmente (BRASIL, 2022)

No ano de 2020 o Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (CD/FNDE) por meio da Resolução CD/FNDE Nº 06, de 08 de maio de 2020, estabelece novos aspectos na execução técnica, administrativa e financeira do PNAE, embasados por documentos publicados ao longo dos últimos anos que incluem: o Guia Alimentar para a População Brasileira; o Guia Alimentar para Crianças Menores de Dois Anos de Idade; o Plano de Ação para Prevenção da Obesidade em Crianças e Adolescentes; e o Modelo de Perfil Nutricional (BRASIL, 2014; FNDE, 2020). As publicações ressaltam transformações epidemiológicas no âmbito nutricional e associam à obesidade e doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) ao consumo de ultraprocessados. Por isso a resolução revisou parâmetros de aquisição e oferta de alimentos conforme grau de processamento e valores de referência nutricional (macronutrientes, micronutrientes e fibras).

As resoluções (Resolução/CD/FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009, Resolução/CD/FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009 e Resolução/CD/FNDE/MEC nº 4, de 3 de abril de 2015), definem o procedimento de compra, denominado Chamada Pública, exclusiva para a aquisição de gêneros alimentícios destinados à alimentação escolar.

A Chamada Pública é um procedimento específico de dispensa de procedimento licitatório, ou seja, não é uma modalidade de licitação. Por isso não busca a proposta mais vantajosa à Administração Pública, mas para a comunidade local, agregando valor às suas compras, ampliando os benefícios para a população local de produtores familiares. Diferente dos processos licitatórios (Pregão) onde se estimula a competitividade e a busca por menores preços para aquisição dos itens e muitos itens adquiridos nesta modalidade são de fora do município (MESSIAS, 2018).

Os produtos da agricultura familiar necessários à execução do PNAE podem ser adquiridos tanto por licitação (Pregão) ou por dispensa em favor da Chamada Pública. Estes dados estão disponíveis no Portal da Transparência site do Governo Federal, onde é possível encontrar informações relacionadas à gestão pública.

3 ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), estima-se que a população de Foz do Iguaçu é de 257.971 habitantes. O município está situado no extremo oeste do Paraná, fazendo fronteira com os países Argentina e Paraguai. Sua área total corresponde a 617,71km² divididas em área urbana de 191,46 km² (31%), área rural de 138,17 km² (22,37%) e o restante é dividido entre o parque nacional (22,44%) e o lago de Itaipu (24,14%) (IBGE, 2022).

No município existem muitas atividades relacionadas a produção de alimentos, é possível perceber que ocorre o aumento da atividade de piscicultura e a grande produção de commodities principalmente soja e milho. Também há propriedades rurais com produção e cultivo diversificados, com animais (bovinos, suínos e aves) e cultivo de vegetais e fruticultura. A agricultura de base familiar é responsável por aproximadamente 40% do total da produção agrícola no Município (FERREIRA, 2015).

O último Censo Agropecuário (2017) verificou que o número de estabelecimento agropecuários mais expressivos existentes eram de 292 lavouras temporárias, 8 lavouras permanentes , 61 de horticultura e floricultura , 196 de pecuária(aves, gado e porcos) e 10 de aquicultura .

Alguns agricultores familiares da região fornecem alimentos para mercados, escolas e pequenas feiras. Podem concorrer através da chamada pública, destinada principalmente para este setor. Verifica-se que no Município de Foz do Iguaçu desde 2007 são adquiridos produtos da agricultura familiar por dispensa de licitação (RIBEIRO, 2015).

Segundo a Entrevistada 1, o município conta com escolas municipais, Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIS), entidades filantrópicas e Centros Escola Bairro todos atendidos pelo PNAE, num total de 110 entidades de educação básica pública. E atualmente na Secretaria Municipal de Educação, órgão responsável pela execução do programa nas escolas municipais de Foz do Iguaçu, trabalha a equipe de 11(onze) nutricionistas responsáveis pela execução do programa. Atuam entre outras atividades no processo de compra dos gêneros alimentícios, na garantia da qualidade e quantidade nutricional adequada, em atividades de educativas e na elaboração do cardápio que atende a requisitos de sazonalidade, disponibilidade e de aspectos nutricionais e necessidade dos alunos.

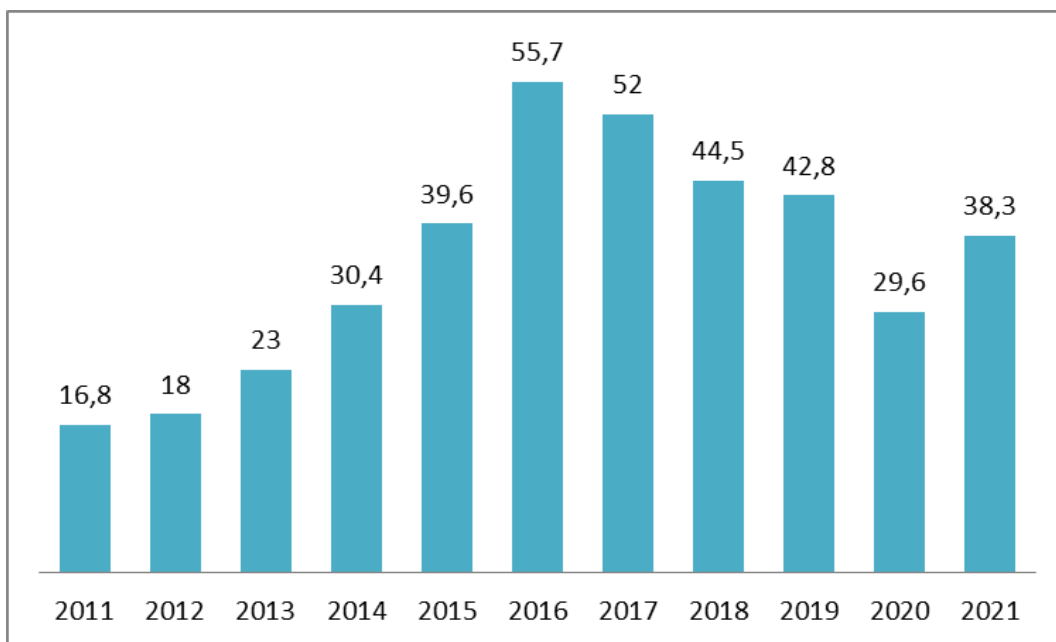
Ainda conforme a Entrevistada 1 a alimentação escolar de Foz do Iguaçu

atende por volta de 26 mil alunos da rede pública, sendo servidas mais de 1 milhão de refeições por mês, aproximadamente 45.000 mil refeições diárias servidas. Do valor investido no programa a maior parte, conforme a legislação é suplementada com o Recurso Municipal. A previsão para o ano de 2022 e de R\$ 22.764.466 investidos, destes cerca de R\$3.200.687 são provenientes do FNDE.

A Lei 11.947/2009 estabelece a obrigatoriedade de no mínimo 30% do valor investido pelo FNDE seja utilizado na aquisição de produtos da agricultura familiar por meio da Chamada Publica. Em relação à previsão de investimento do FNDE para 2022 o valor corresponde a R\$960.200,0. O restante pode ser utilizado em compras através de licitações de ampla concorrência.

O **Gráfico 1** abaixo corresponde ao percentual do valor investido pelo FNDE na aquisição de produtos da Agricultura familiar em Foz do Iguaçu.

Gráfico 1 – Percentual do valor investido pelo FNDE em aquisições de produtos da agricultura familiar em Foz do Iguaçu de 2011- 2021



Fonte: Elaborado do autor a partir de dados disponibilizados pela Entrevistada 1.

Conforme o gráfico o percentual de aquisições oriundas da agricultura familiar desde o ano de 2014, com exceção de 2020, foram adquiridos valores superiores ao mínimo exigido pela Lei 11.947/2009. Nos anos de 2016 e 2017 é possível observar que os percentuais atingiram o máximo registrado até o momento, ultrapassando 50% do valor investido no programa pelo FNDE. Nos anos de 2018 e 2019 os percentuais de aquisições sofrem queda, que se acentua no ano de 2020.

Segundo Christmann, (2016) a partir de 2010 muitos agricultores do município passaram participar das chamadas públicas via associação e as entregas eram realizadas individualmente por cada agricultor, o que dificultava a logística. As cooperativas existentes na época eram de outras regiões do Paraná e forneciam alimentos que não eram produzidos pelos agricultores locais. Em 2013 foi formada a Cooperativa da Agricultura Familiar e Solidária do Oeste do Paraná (COAFASO), que envolve agricultores do município e de outros municípios próximos de Foz do Iguaçu o que representou um aumento do percentual de produtos entregues, atingindo toda a demanda da época.

A Resolução nº 02, de 09 de abril de 2020 dispõe sobre a execução do PNAE durante o período de estado de calamidade pública, com emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus – Covid-19, gerando a resposta pelo Ministério da Saúde – MS, por meio da Portaria nº 356, de 11 de março de 2020, de medidas de isolamento social e quarentena, impactando na suspensão temporária do período letivo. Neste período foi autorizada em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos pelo PNAE aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica em forma de Kits contendo a quantidade adequada de acordo com a faixa etária e o período em que o estudante estaria sendo atendido.

Em relação às ações emergências tomadas na pandemia a Entrevista 1 conta que nos anos de 2020 e 2021 o processo de compra foi drasticamente alterado. Todo o estoque disponível nas escolas e almoxarifado local foi mobilizado, inicialmente o fornecimento é destinado para os alunos que fizessem parte de famílias atendidas por programas de distribuição de renda. Nesse momento, foram calculados valores que atendessem a 30 ou 60 dias de refeições fornecidas a cada estudante para aquisição de kits de alimentos perecíveis exclusivamente da agricultura familiar e kits de alimentos não perecíveis provenientes do pregão eletrônico. Considerando a necessidade de distanciamento social e a logística de entrega foi necessário novo planejamento com os agricultores familiares, pois com a mudança na quantidade e variedade de alimentos adquiridos comprometeu o cronograma anual dificultando as entregas. Foi priorizada a aquisição de alimentos menos perecíveis como cenoura, batata, milho e pão e houve a necessidade de novos processos de licitação par aquisição de alimentos não perecíveis, compostos por arroz, feijão, macarrão, fubá, óleo, sal, leite em pó/farinha de trigo, ovo/sardinha.

Algumas políticas mobilizam pequenos agricultores familiares e estimularam o surgimento de associações e cooperativas que se organizam para garantir a oferta de alimentos. Foi o que ocorreu no ano de 2021 em que uma nova cooperativa participa do edital da chamada pública, a formação da COAFFOZ (Cooperativa da Agricultura Familiar de Foz do Iguaçu) demonstra a organização e fortalecimento da agricultura familiar local fomentada pelo PNAE. Segundo o Entrevistado 2 atualmente a cooperativa atende o PNAE Municipal e Estadual (DOS SANTOS et al. 2018; H2FOZ, 2021).

O PNAE facilita o acesso de agricultores a um mercado mais amplo, diminuindo a venda de produtos para intermediários. E ao exigir empenho e cumprimento de especificações técnicas estimula a profissionalização dos agricultores (BELIK, 2016).

Alguns dos canais institucionalizados de participação da sociedade nos processos decisórios no município são: o COMSEA (Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional) e o CAE (Conselho de Alimentação Escolar), além do Sindicato Rural, Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR) (BRASIL, 2019).

3.1 Agricultura, Segurança Alimentar e Alimentação escolar

A Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) tem como diretriz principal a promoção da alimentação adequada e saudável, através de ação transversal e intersetorial incorporada a outras ações, programas e projetos de promoção da saúde que atuam nos condicionantes e determinantes sociais da saúde da população, permitindo a realização de práticas alimentares apropriadas aos seus aspectos biológicos e socioculturais e uso sustentável do meio ambiente. (BRASIL, 2013; MALUF, 2009).

O PNAE ao longo do tempo sofreu mudanças, agregou novos conceitos, objetivos e ações e incorporou o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Por SAN entende-se a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais. Respeitando as práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômico e socialmente sustentáveis (BURITY, 2010; BRASIL 2009).

Para garantir a SAN o PNAE relaciona alimentação e saúde, buscando suprir as necessidades nutricionais diárias dos alunos, contribuindo com a redução de evasão escolar, favorecendo a formação de bons hábitos alimentares em crianças e

adolescentes (FROEHLICH, 2010).

Neste sentido, a educação alimentar deve desenvolver nas crianças a capacidade de escolhas saudáveis, estimular o olhar crítico e reflexivo sobre os hábitos alimentares, enfatizando não só o lado nutricional mas também todos os aspectos sistêmicos da alimentação saudável (LOUREIRO, 2004).

Para Costa e Ribeiro (2001) o programa não deve servir como uma política assistencialista nutricional, mas fomentadora e promotora da prática de alimentação saudável, construindo um espaço educativo que estimule a integração do tema SAN nas grades curriculares dos escolares.

No âmbito do PNAE a Educação Alimentar e Nutricional (EAN), representam as ações formativas de prática contínua e permanente, que devem ocorrer de forma transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional. Com objetivo de estimular hábitos alimentares saudáveis os cardápios tem destaque como instrumentos que visam assegurar alimentação adequada e saudável. Os alimentos presentes tem o propósito de garantir uma parte dos nutrientes alimentares aos alunos e funcionam como ação promotora de saúde incluída dentro do processo da educação (BRASIL, 2013; SILVA et al, 2010).

Segundo Abreu, (1995) a descentralização do PNAE em 1994 possibilitou um novo arranjo na cadeia do alimento até a mesa. Possibilitando uma alimentação saudável, composta pelo oferecimento de produtos in natura, frescos e de preparação caseiras, garantindo uma dieta mais variada com parâmetros de higiene sanitária e nutricionais adequados. Este modelo descentralizado no processo de compra do programa promove a autonomia municipal no planejamento e favorece a aproximação do cardápio escolar com os hábitos regionais (PAIVA, 2011).

A inclusão das nutricionistas como responsáveis pela composição e organização dos cardápios escolares, selecionando o que será servido para os alunos, têm sido de extrema importância na alimentação escolar. A educação nutricional torna o alimento central para desenvolvimento e promoção de novas práticas alimentares (SANTOS, 2010).

A Resolução CD/FNDE Nº 06, de 2020, teve como objetivo a prevenção de doenças que impactam diretamente na saúde pública, causando mudanças nos hábitos alimentares que podem ser notadas ao longo do tempo. A inovação da legislação foi a restrição da oferta de ultraprocessados e a limitação da oferta de açúcar. Está de acordo com o Guia Alimentar para a população brasileira, livro que defende a prática da

alimentação com grande variedade de alimentos de origem predominantemente vegetal. O guia apresenta a NOVA classificação dos alimentos de acordo com o grau de processamento: In Natura ou Minimamente Processados (I.N.M.P), Processado (P), Ultraprocessado e os Ingredientes Culinários (I.C) (MONTEIRO, 2010).

Alimentar-se de forma variada significa que devem estar presentes muitos tipos de alimentos: grãos, raízes, tubérculos, farinhas, legumes, verduras, frutas, castanhas, leite, ovos e carnes; contendo variações dentro de cada tipo: arroz, milho, batata, mandioca, laranja, banana, frango, peixes, entre outros (BRASIL, 2014).

Os alimentos considerados mais adequados são chamados de in natura ou minimamente processados (I.N.M.P) obtidos diretamente de plantas ou animais, sem que tenham sofrido muitas alterações, podendo ter passado por processos de limpeza, remoção de partes não comestíveis, fracionamento, moagem, secagem, pasteurização, refrigeração ou congelamento que não envolva a adição de sal, óleos e gorduras. Por esses alimentos terem tendência a se deteriorar rapidamente, são minimamente processados antes de sua aquisição, o que aumenta a duração tornando-os mais apropriados para armazenamento (MONTEIRO, 2010).

Alimentos processados (P) devem ser consumidos em pequenas quantidades como ingredientes de preparações culinárias ou como parte de refeições baseadas em alimentos I.N.M.P. Os ingredientes e métodos usados na fabricação destes alimentos (conservas de legumes, compota de frutas, queijos e pães) são relativamente simples, essencialmente com a adição de Ingredientes Culinários a um alimento I.N.M.P. Outras técnicas podem incluir cozimento, secagem, fermentação, acondicionamento em latas ou vidros, cura e defumação (BRASIL, 2014).

Os ultraprocessados (U.P) são produtos alimentares industrializados onde estão presentes grande adição de açúcares, conservantes, substâncias sintetizadas em laboratório, gorduras (saturada, trans), sódio e possuem menos fibras, quando comparado aos alimentos I.N.M.P. E comparando com os P. apresentaram características desfavoráveis. (LOUZADA, 2015; MONTEIRO, 2010).

Os Ingredientes Culinários (I.C) são aqueles utilizados para temperar, cozinhar e criar preparações culinárias como o sal, açúcar, óleo e vinagre (MONTEIRO, 2010).

Um maior consumo de legumes, verduras e frutas tem como consequência o estímulo à produção da agricultura familiar e da economia local, o que reduz significativamente o impacto ambiental da produção e distribuição de alimentos

(BRASIL, 2014). Como explica Guerra, (2015) o consumo de alimentos locais, orgânicos e de base agroecológica fomenta a agricultura familiar, o que implica em um sistema alimentar socialmente e ambientalmente mais sustentável, diminuindo os impactos negativos no meio ambiente e valorizando a biodiversidade.

O PNAE ao aumentar as aquisições destes alimentos influencia na construção de novos hábitos desde a infância, o que segundo Matiahara (2010) tem grande relevância, podendo ser o agente transformador, apresentando novos sabores aos escolares. Para Mazalla (2018) para promover a Soberania Alimentar e Nutricional é fundamental fortalecer as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e camponesa de base agroecológica e o incentivo ao consumo local.

O programa concentra várias temáticas em uma mesma política, o que pressupõe ações conjuntas e intersetoriais, fazendo a ponte entre o produtor e consumidor. Muitos dos alimentos ofertados são colhidos e entregues em um curto espaço de tempo, promovendo a formação de pequenas cadeias alimentares, que conectam produtores e consumidores por meio de instituições públicas, mudando a lógica do modelo dominante de abastecimento alimentar, que funciona geralmente através de cadeias longas (MARSEDEN, 2003; SONNINO E MORGAN, 2010).

De fato uma parcela considerável dos alimentos destinados ao mercado interno das cidades provém da produção familiar, essa capacidade interna de produção tem se apresentado como um elemento importante para o abastecimento do país, reduzindo as pressões pela importação de produtos básicos. Fortalecer os mercados locais pode ser compreendido como uma estratégia sustentável de desenvolvimento rural. As políticas públicas capazes de viabilizar formas de produção e consumo e de apropriação do espaço rural com menor impacto ambiental, podem garantir a renovação, ao longo das gerações, dos processos ecológicos que sustentam essas atividades, explorando as ligações entre os sistemas diversificados da agricultura camponesa e familiar e a preservação do meio ambiente (SCHMITT, 2011).

3.2 Alimentos ofertados pelo PNAE em Foz do Iguaçu.

É possível ter acesso aos registros homologados de compras de alimentos destinados ao PNAE no município de Foz do Iguaçu, no Portal da Transparência do Governo Federal, um site de acesso livre onde qualquer cidadão pode encontrar informações sobre como o dinheiro público é utilizado (PMFI, 2022).

Nos documentos disponíveis estão presentes todos os alimentos que já foram ofertados. A Tabela 1 os descreve em ordem alfabética e classifica-os de acordo com o nível de processamento.

Tabela 1 – Aquisições de alimentos em Chamadas Públicas e Pregões, no período de 2016 a 2022, em Foz do Iguaçu

Aquisições	CHAMADA PUBLICA							PREGÃO						
	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
1 Abacate														
2 Abacaxi														
3 Abobora moranga														
4 Abobrinha verde														
5 Açafrão														
6 Açúcar														
7 Acelga														
8 Achocolatado														
9 Adoçante														
10 Alface														
11 Alface Orgânica														
12 Alface Lisa														
13 Almeirão														
14 Alho														
15 Amido de milho														
16 Antiespumante de soja														
17 Apresuntado														
18 Arroz														
19 Aveia														
20 Banana Caturra														
21 Banana Prata														
22 Batata monalisa														
23 Batata Doce														
24 Beterraba														
25 Biscoito caseiro														
26 Biscoito doce														
27 Biscoito salgado														
28 Bolo caseiro														
29 Brócolis														
30 Cacau em pó														
31 Canela em ramas														
32 Canjica de milho														
33 Canjiquinha														

Aquisições	CHAMADA PUBLICA							PREGÃO						
	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
34 Caqui														
35 Carne bovina														
36 Carne de frango														
37 Carne de porco														
38 Cebola														
39 Cebolinha desidratada														
40 Cenoura														
41 Cereais para Mingau														
42 Chá de camomila														
43 Chá de erva doce														
44 Chá mate														
45 Cheiro Verde														
46 Chicória														
47 Chicória Orgânica														
48 Chocolate em Po														
49 Chuchu														
50 Coco ralado														
51 Colorau														
52 Cookies sem gluten														
53 Couve manteiga														
54 Couve manteiga Orgânica														
55 Couve-flor														
56 Cuca caseira														
57 Doce de fruta														
58 Doce de leite														
59 Espinafre														
60 Extrato de tomate														
61 Farinha de arroz														
62 Farinha de mandioca														
63 Farinha de milho														
64 Farinha de trigo														
65 Feijão carioca														
66 Feijão Preto														

Aquisições	CHAMADA PUBLICA							PREGÃO						
	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
67 Fermento biologico														
68 Fermento quimico														
69 Formula infantil														
70 Fuba de milho														
71 Grão de bico														
72 Goiaba														
73 Iogurte														
74 Laranja														
75 Laranja Orgânica														
76 Leite														
77 Leite em pó														
78 Leite vegetal														
79 Lentilhas														
80 Louro (folhas)														
81 Macarrão														
82 Maça														
83 Maionese														
84 Mamão														
85 Mandioca														
86 Manga														
87 Manteiga														
88 Margarina														
89 Melancia														
90 Melão														
91 Milho de pipoca														
92 Milho verde														
93 Morango														
94 oleo														
95 Orégano														
96 Ovos														
97 Pão														
98 Pão caseiro														
99 Pessego														

	Aquisições	CHAMADA PUBLICA						PREGÃO							
		2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
100	Pepino														
101	Pimentão Verde														
102	Po químico (Pães)														
103	Po para sorvete de fruta														
104	Po para gelatina														
105	Polpa de fruta														
106	Polpa de peixe														
107	Poncã														
108	Povilho														
109	Queijo mussarela														
110	Repolho verde														
111	Requeijão														
112	Sagu														
113	Sal														
114	Salsinha														
115	Seleta de legumes														
116	Soja														
117	Suco de fruta														
118	Tomate														
119	Torrada														
120	Trigo para kibe														
121	Uva														
122	Uva passa														
123	Vinagre														

Fonte: Portal da Transparência. Elaborada pelo autor, 2022.

Legenda:

in natura e minimamente processados

Processados

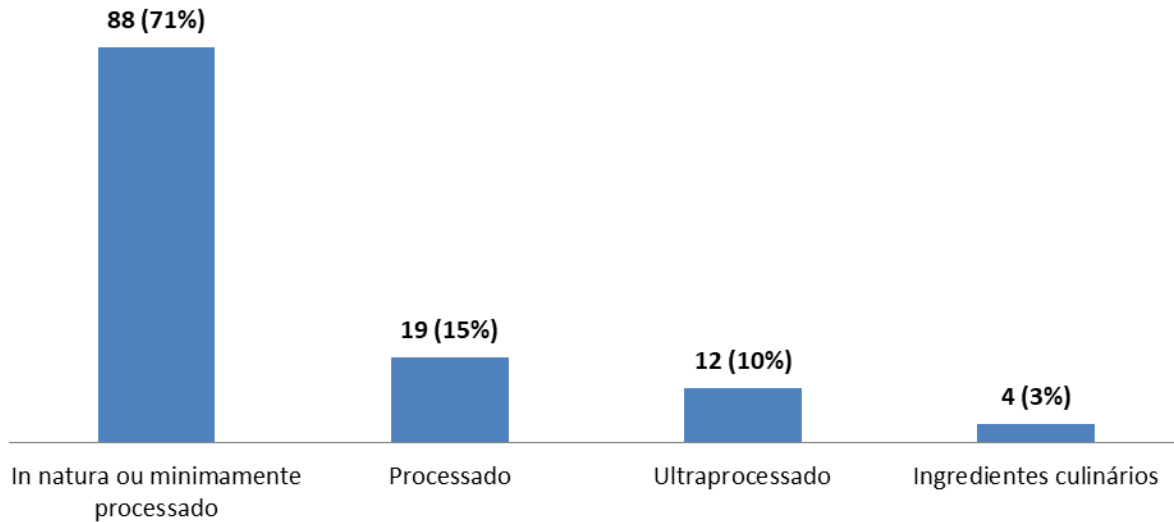
Ultra-processados

Ingrediente culinário

.Analisando a **Tabela 1** que apresenta os 123 alimentos divididos em 4 categorias de acordo com a NOVA classificação apresentada no Guia Alimentar para a População Brasileira, podemos inferir que do total de 58 itens comprados por meio da Chamada Publica cerca de 51% (30 itens) são exclusivos desta modalidade de compra que favorece a agricultura familiar local. No Pregão do total de 93 itens cerca de 70% (62 itens) são adquiridos somente por essa modalidade. E ainda, foram identificados 28 alimentos que são adquiridos em ambas as modalidades de compra, verifica-se que o Pregão complementa grande parte da oferta de produtos oriundos da agricultura familiar.

O **Gráfico 2** mostra o percentual de aquisições divididos por nível de processamento.

Gráfico 2 – Aquisições do PNAE de acordo com a NOVA classificação dos alimentos, no período de 2016 a 2022, em Foz do Iguaçu.

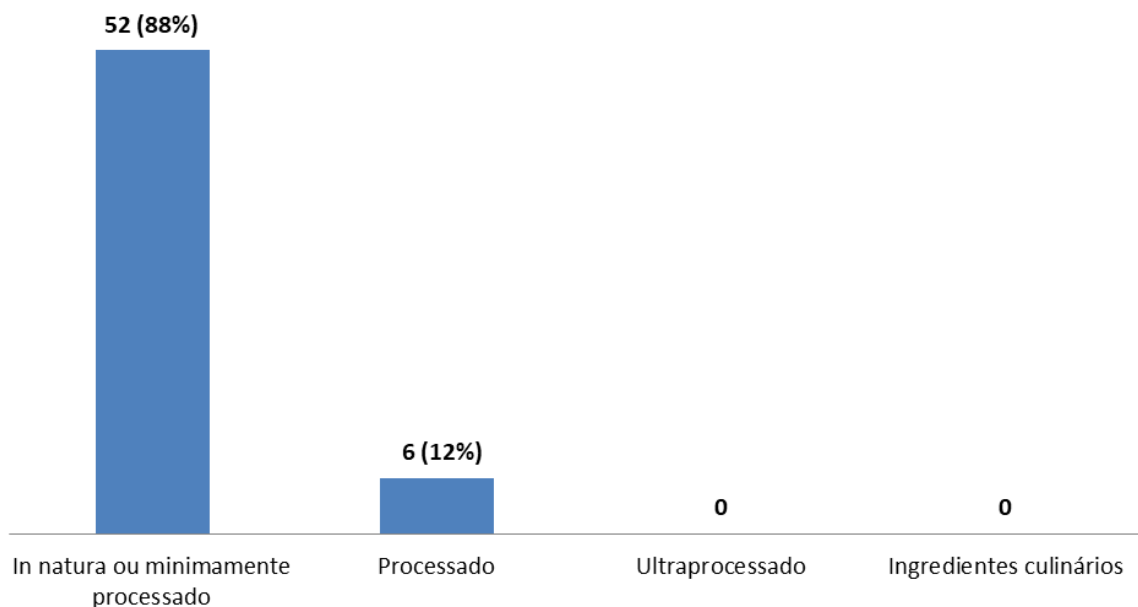


Fonte: Elaboração do autor a partir da Tabela 1.

Em todo período analisado a maior parte das compras do PNAE foi de alimentos I.N.M.P correspondendo a 71%(n=88), os P. a 15% (n=19), os U.P a10%(n=12) e os I.C 3% (n=4).

O **Gráfico 3** a seguir descreve o recorte das aquisições feitas somente através da Chamada Pública.

Gráfico 3 – Aquisições de alimentos por meio da Chamada Pública de acordo com a NOVA classificação dos alimentos, no período de 2016 a 2022, em Foz do Iguaçu

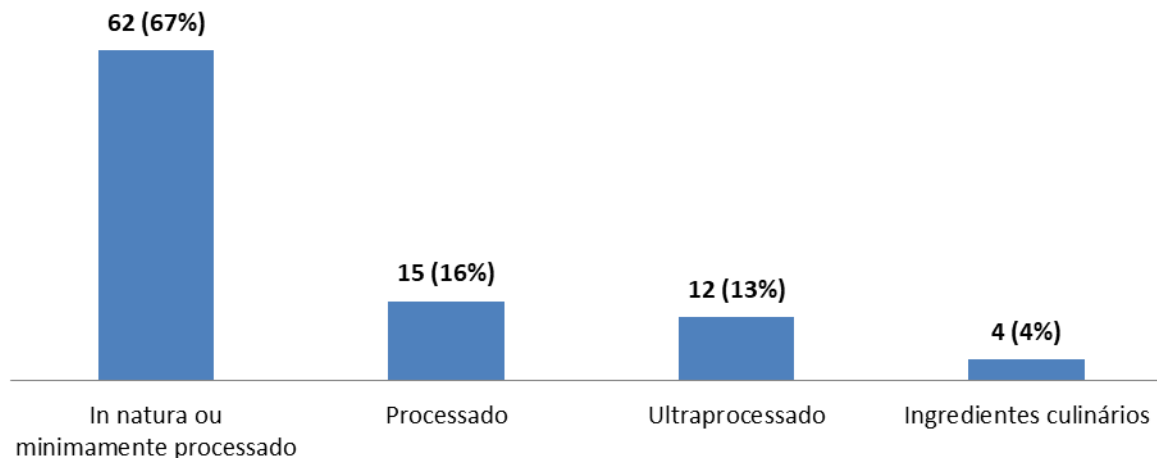


Fonte: Elaboração do autor a partir da Tabela 1.

Do total de alimentos adquiridos por meio da Chamada Publica classificados por nível de processamento temos que os alimentos IN.MP correspondem a 88%(n=52),os P. a 12%(n=6) e não foi comprado nenhum I.C e U.P por este tipo de modalidade de compra.

O **Gráfico 4** a seguir descreve o recorte das aquisições feitas através do Pregão.

Gráfico 4 – Aquisições via Pregão de acordo com a NOVA classificação dos alimentos, no período de 2016 a 2022, em Foz do Iguaçu.



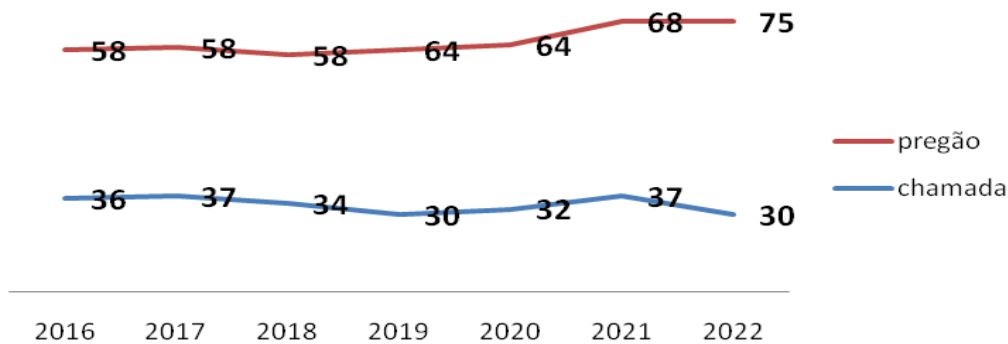
Fonte: Elaboração do autor a partir da Tabela 1

À partir das informações apresentadas no Gráfico 4 observa-se que correspondem à alimentos IN.MP cerca de 67%(n=62), a P. 16%(n=15), a U.P 13% (n=12) e a I.C 3% (n=4).

Ao subtrairmos os 24(vinte quatro) alimentos I.N.M.P que são adquiridos nas duas modalidades de compra, temos que 28 alimentos deste tipo são comprados exclusivamente pela Chamada Publica e 37 alimentos pelo Pregão. Logo a maioria dos alimentos I.N.M.P são adquiridos através pelo Pregão, que complementa metade dos alimentos adquiridos através da Chamada Publicas de agricultores familiares locais.

O **Gráfico 5** a seguir é apresenta o número de alimentos adquiridos dividindo por modalidade de compra.

Gráfico 5 – Número de alimentos adquiridos divididos por modalidade de compra e ano



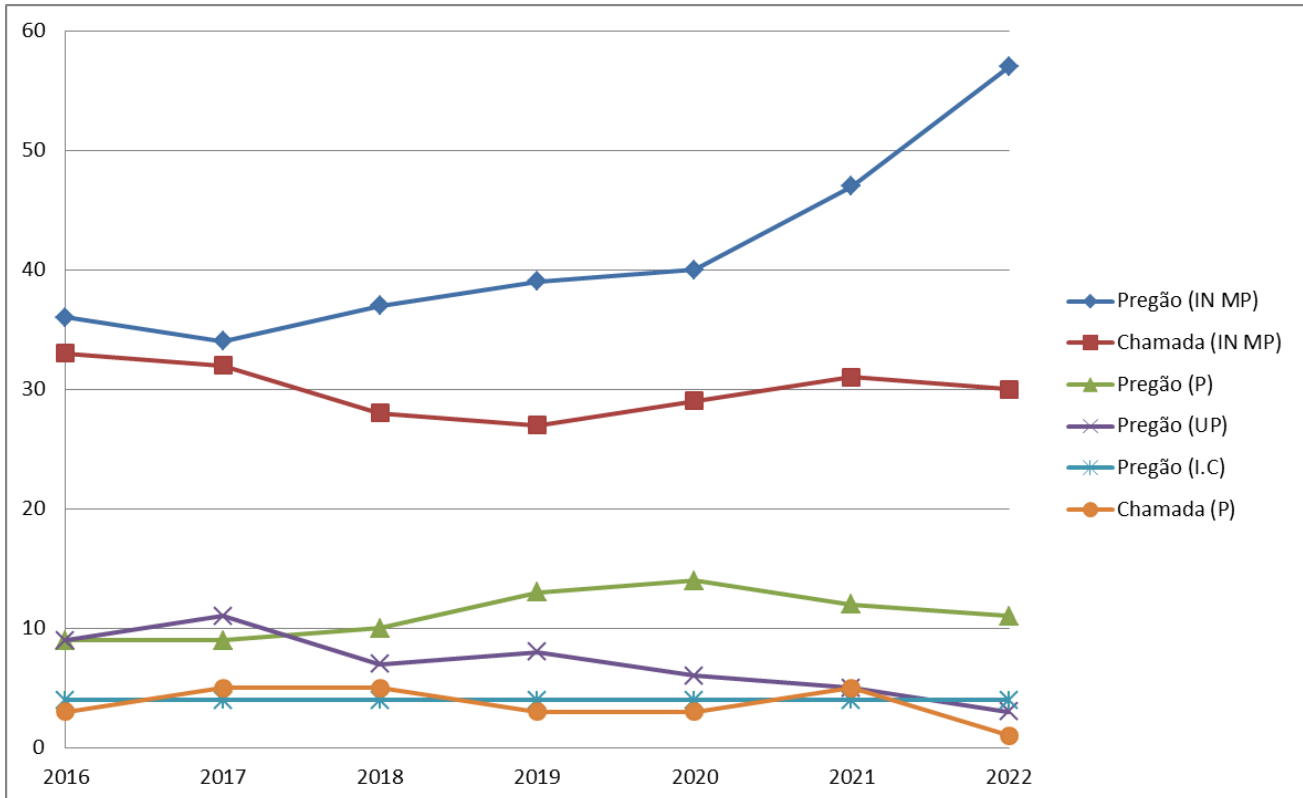
Fonte: Elaborado pelo autor a partir da Tabela 1.

No período analisado é possível perceber que na modalidade de compra Pregão há uma maior variedade de alimentos adquiridos, que vem aumentando com o passar dos anos, indicando a alta demanda pelos produtos. Em relação a compra pela chamada pública, há um valor médio, que oscila conforme produtividade e organização interna da cooperativa.

Podemos observar na **Tabela 1** e no **Gráfico 6**, que dentre os alimentos adquiridos, considerando como marco a Resolução N°06/2020 FNDE, ao dividir em dois períodos sendo o primeiro compreendido entre 2016-2020 e o segundo período compreendido entre 2021-2022 nota-se que o número de U.P adquiridos caiu 50% (n= -6), sendo todos eles adquiridos por Pregão eletrônico. Os itens são: Antiespumante de soja, apesuntado, maionese, pó químico para pães, pó químico para sorvetes e pó para gelatina.

A seguir o **Gráfico 6** descreve as aquisições por modalidade de compra e nível de processamento. É possível observar que a variedade de aquisições de alimentos I.N.M.P vem crescendo através do Pregão ao longo do tempo, enquanto na Chamada Pública se mantém com pouca variação com tendência a diminuir.

Gráfico 6 – Aquisições modalidade de compra e nível de processamento, no período de 2016 a 2022, em Foz do Iguaçu



Fonte: Elaboração do autor a partir da Tabela 1

À partir das características dos alimentos adquiridos pela chamada pública, é possível atrelar essa compra à aquisição de alimentos frescos (os I.N.M.P). Portanto, há relação direta entre chamada pública e menor compra de U.P, pois nesta modalidade de compra nunca foram adquiridos produtos deste tipo que são provenientes de processos com maior nível de industrialização. Ainda é possível observar que a compra de alimentos P. na chamada pública caiu consideravelmente.

Após a Resolução de 2020 novos alimentos foram adquiridos, 18 I.N.M.P e 2 P. (manteiga e requeijão) por meio de Pregão, e pela Chamada Pública foram 9 alimentos I.N.M.P e 1 P. (pão caseiro).

A variedade de alimentos presente nos cardápios representa as preferências regionais bem como a disponibilidade de acesso. Existe uma grande diversidade de frutas, legumes e verduras que é comercializada quase todos os meses em todas as regiões do país. Algumas variedades e tipos produzidos localmente podem

apresentar um menor preço, maior qualidade e mais sabor.

Muitos alimentos nutritivos e saborosos deixam de fazer parte das refeições, o que para Rotenberg, (2012) ocorre principalmente devido às transformações causadas pela urbanização, industrialização, desenvolvimento de tecnologias e expansão da indústria de alimentos.

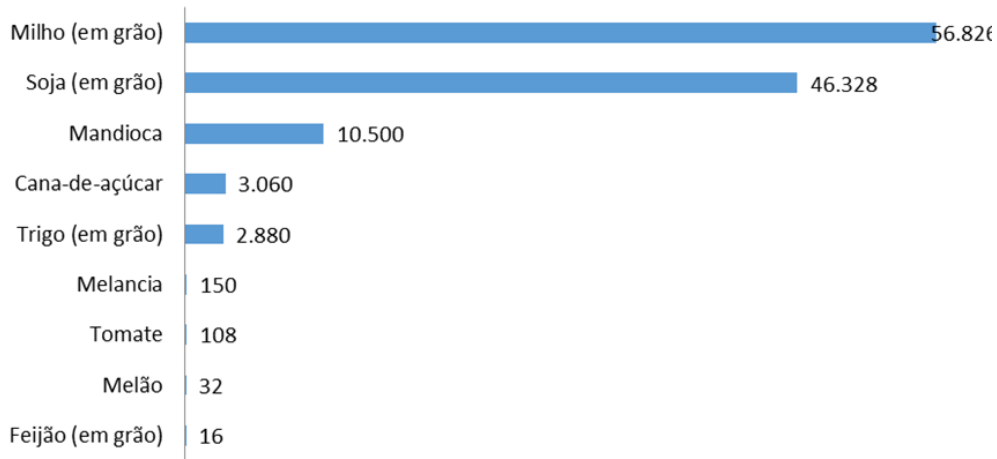
Foi por isto que o Ministério da Saúde (MS), por meio da Coordenação-Geral de Alimentação e Nutrição (CGAN) e em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e outras instituições de ensino e pesquisa, desenvolveram o livro Alimentos Regionais Brasileiros, com o objetivo principal apoiar a educação alimentar e nutricional e incentivar a alimentação adequada e saudável, por meio da divulgação das variedades de frutas, hortaliças, leguminosas, tubérculos, cereais, ervas, existentes no país. Buscando valorizar a cultura alimentar de cada local, contribuindo com a melhoria do padrão alimentar e nutricional e garantindo a SAN da população.

Dos 30 alimentos mencionados no livro que correspondem à região Sul do país, estão presentes nas Chamadas Públicas e no Pregão 15 alimentos que compõem o cardápio oferecidos pelo PNAE em Foz do Iguaçu são eles: Banana, Maçã, Morango, Pêssego, Tangerina(poncã) e Uva, Almeirão, Beterraba, Repolho, Tomate, lentilha, Batata doce, Batata e Milho e Canela. Destaque para o Pinhão como um dos alimentos que não está incluído no cardápio do programa e é consumido comumente na região e em época de safra está presente em quase todos os mercados (BRASIL, 2014).

O Ministério da Agricultura levanta informações sobre a Produção Agrícola Municipal (PAM), sendo o IBGE responsável pela pesquisa que possui abrangência nacional e ocorre uma vez por ano, tendo como unidade de coleta o município. Fornece informações sobre o plantio e colheita no ano de referência, para 64 produtos agrícolas sendo 31 de culturas temporárias (ciclo reprodutivo inferior a um ano) e 33 de culturas permanentes (ciclo longo), caracterizados pela importância econômica e relevância social na cesta básica do brasileiro. São considerados os cultivos a partir de um hectare de área ocupada e uma tonelada de produção por tipo de cultura (IBGE-PAM, 2020).

É possível observar no **Gráfico 7** a seguir, a pesquisa mais recente do IBGE referente à produção municipal, que descreve os produtos que tiveram maior relevância no ano de P.A.M-2020 de Foz do Iguaçu.

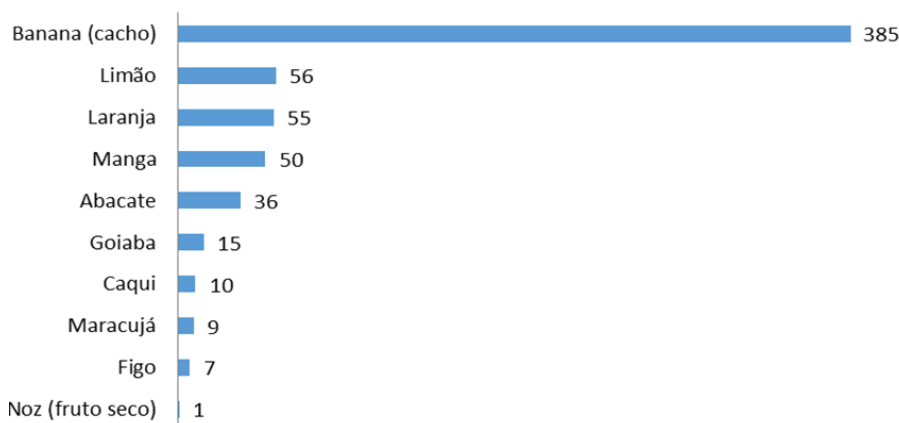
Gráfico 7 – Culturas temporárias de maior relevância no ano 2020 (toneladas).



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da pesquisa do IBGE - Produção Agrícola Municipal (2020).

Em relação às Culturas Temporárias produzidas descritas na pesquisa, observa-se que a maioria dos alimentos que apresentam uma produção representativa no município é adquirida da Agricultura Familiar por meio da Chamada Pública. São os alimentos milho (pipoca, canjiquinha e farinhas), mandioca, melancia, tomate, melão e feijão. O mesmo ocorre com as Culturas Permanentes representado no **Gráfico 8** a seguir.

Gráfico 8 – Culturas Permanentes de maior relevância no ano 2020. (toneladas)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da pesquisa do IBGE - Produção Agrícola Municipal (2020).

O Gráfico 8 mostra que grande parte dos tipos produzidos em cultura permanente indicado nesta pesquisa é adquirida pelo PNAE através da Chamada Pública são eles: Banana, Laranja, Abacate, Goiaba, Caqui e Morango.

Alguns cultivos como, por exemplo, o de Manga apesar da grande quantidade produzida no município não é adquirido pelo PNAE por meio da Chamada Pública somente pelo Pregão, a produção local provavelmente é absorvida pelos mercados da cidade ou comercializada em outros municípios.

A maior parte dos alimentos produzidos pela agricultura familiar são in natura e minimamente processados, e quanto maior o processamento, nesses casos, mas agregação de valor aos produtos. É o caso da polpa de fruta e de peixe, biscoito e bolo caseiro, doce de fruta, doce de leite, leite vegetal, pão caseiro, polvilho entre outros.

Segundo a Entrevistada 1, entre um alimento in natura e outro minimamente processado, o minimamente processado requer da agroindústria maior nível de controle de matéria prima, habilidades de rotulagem e seleção e/ou beneficiamento dos produtos. Esse desafio é parte do que precisa ser aprimorado para que a aquisição de alimentos para execução do PNAE seja maior. O Entrevistado 2 afirma que alguns membros da cooperativa gostariam de incluir nos produtos ofertados para o PNAE alguns derivados de animais, porém o alto custo para se adequarem as normas sanitárias ainda inviabiliza a produção.

Como apontado por outros estudos às normas sanitárias são um dos principais entraves para a venda de produtos com maior grau de processamento. Em Garcia (2016), na pesquisa realizada no município de Marechal Cândido Rondon no Paraná, verificou dentre os entraves da compra do produtor familiar, restrições resultantes da não legalização e do não atendimento das normas sanitárias pelos agricultores. O que impede a aquisição de alguns tipos de alimentos como a polpa de frutas, doces e outros produtos agroindustrializados. Os parâmetros a serem seguidos para atendimento da legislação sanitária vigente para alguns agricultores é um processo natural, mas para outros torna-se uma barreira para continuar no Programa.

Para o Entrevistado 2 por não haver normas diferenciadas para pequenos Agricultores Familiares, sendo iguais para todas as empresas, os cooperados veem como limitação o valor investido para se adequar as normas sanitárias. E por isso a necessidade do acesso a políticas públicas voltadas para melhorar a produção e oferta de produtos da agricultura familiar, o que conseqüentemente melhoraria a produção.

A Entrevistada 1 que atua na gestão do PNAE no Município, aponta como alguns dos desafios enfrentados na atual execução do programa em Foz do Iguaçu são a dificuldades na aquisição dos alimentos, pois a disponibilidade frequentemente não

corresponde à demanda em quantidade e variedade suficiente; a falta de comunicação entre os atores envolvidos; a diminuição dos desperdícios e as sobras; o armazenamento de alimentos no estoque e a oferta de alimentos não adequados nas cantinas que não são da alçada de atendimento das nutricionistas.

O Entrevistado 2 que trabalha na gestão da cooperativa local a COAFFOZ, aponta como um dos principais desafios enfrentados pela cooperativa na produção e fornecimento de alimentos para o PNAE estão a falta de profissionais de assistência técnica; o acesso a outras políticas públicas e a bancos que fornecem a carteira agrícola e oferta de crédito rural; o plano diretor da cidade que define grande parte das áreas utilizadas para produção de alimentos como área de expansão urbana prejudicando os agricultores que gostariam de acessar políticas destinadas a moradores de zona rural. Afirma que frequentemente complementa parte da produção local com produtos de outros agricultores familiares de outros municípios próximos.

Soares et al (2015) em pesquisa sobre as potencialidades e dificuldades do PNAE em um município de Santa Catarina, diz respeito as dificuldades na regularidade de abastecimento, também são causadas por fatores climáticos e que esse problema torna necessário ao gestor do Programa a aquisição de produtos complementares do supermercado, através da licitação. Em concordância o Entrevistado 2 relata que os problemas climáticos prejudicam a produção de alimentos, e anualmente as geadas afetam principalmente a produções de frutas. .

É evidente a necessidade do serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para a cooperativa, o serviço traria benefícios para gestão e produção de alimentos. Da mesma forma que a inserção dos profissionais de nutrição no quadro técnico na gestão do programa trouxe melhorias significativas na qualidade dos alimentos ofertados os profissionais prestadores de serviço de ATER podem atender as lacunas existentes fazendo com que o programa atinja de forma mais efetiva seus objetivos garantindo a SAN dos alunos.

O Entrevistado 2 conta que em relação ao histórico da produção de alimentos, a cooperativa não possui registro formais do que é produzidos nem das previsões da produção futura, o que reforça a carência de técnicos que colaborariam também com o levantamento da produção. Segundo ele a cooperativa também enfrenta dificuldade em planejar a produção e fornecimento de alimentos de acordo com a sazonalidade dos produtos, o que têm limitado a disponibilidade e variedade de alimentos durante o ano letivo. A cooperativa necessita de acesso a tecnologias para melhorar a

produção e parcerias que fortaleçam a rede de agricultores. E apesar da parceria com o Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA), a assistência é limitada e insuficiente frente às demandas existentes, por isso a necessidade de haver novas parcerias e a contratação de profissionais de ATER.

O Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil (IDSC-BR) traz um diagnóstico com base no último Censo Agropecuário 2017-IBGE, utiliza parâmetros relacionados aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e reconhece importantes medidas para o combate à fome, contribuindo com a gestão pública, estudos e na articulação de políticas e monitoramento. (IPEA, 2018).

Na avaliação feita de Foz do Iguaçu o IDSC-BR mostra que no município de Foz do Iguaçu os Agricultores Familiares têm pouco acesso ao PRONAF consequentemente aos seus sub programas como PRONAF Mais alimentos, PRONAF, Agroecologia, PRONAF Agroindústria entre outros. Também é indicado que há um baixo percentual de estabelecimentos que possuem certificação de prática de agricultura orgânica, fatores que podem impactar negativamente na produção de alimentos

Em audiência pública na câmara municipal de Foz do Iguaçu, no dia 13/05/2022, Lúcia Agradet presidente da COAFFOZ, destacou a necessidade de Assistência Técnica de forma permanente aos agricultores e a importância de implementar os sistemas de cultivos agroflorestais, livre de agrotóxicos e de baixo impacto ao meio ambiente (AUDIÊNCIA PÚBLICA CÂMERA FOZ, 2022). Reafirmando o que foi descrito pelo Entrevistado 2.

Segundo Caporal, (2003) algumas tecnologias frequentemente são incorporadas aos produtos ofertados por empresas transnacionais produtoras de commodities que visam cativar seus clientes chegando a eles por meio de assessores técnicos e vendedores O autor faz uma crítica a este modelo de ATER, para ele os profissionais da extensão precisam mudar a forma de atuação e não agir apenas como um transferidor de tecnologias, passando a atuar como um facilitador que trabalha com os agricultores para aprender, desenvolver tecnologias.

Neste sentido uma ATER publica deve atuar propondo e apoiando a transição a estilos de agricultura sustentável, promovendo o desenvolvimento rural, atendendo a requisitos que vão além do aumento da produtividade agrícola, mas também que considere na importância de buscar a equidade e inclusão social, estabilidade da produção e sustentabilidade ambiental (CAPORAL, 2003).

O acesso de agricultores as políticas publicas especificas, garante

melhorias nas formas de produção no âmbito dos agricultores familiares e da possibilidade do suprir à demanda de alimentos em quantidade e variedade adequada que o município necessita. Portanto, para que sejam contempladas as demandas relacionadas a SAN, é necessário que ocorra o apoio às unidades produtivas familiares economicamente mais fragilizadas, melhorando a capacidade de produção e facilitando o acesso a outras políticas.

Entre as dificuldades mais comuns enfrentada pelos agricultores na prestação de serviço para o PNAE estão o acesso à Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), a contratação de profissionais de ATER, atender a legislação sanitária de alimentos que favorece o acesso das indústrias e empreendimentos de grande escala e à logística de transporte das entregas (MALUF, S.D; SCHWARTZMAN, 2015).

Para Schottz, (2012) a promoção do acesso a uma alimentação adequada e saudável aos escolares requer investimento no fomento à produção agroecológica, por isso é urgente a universalização da ATER baseada nesses princípios, a reformulação da DAP de forma a democratizar o acesso da agricultura familiar, apoio e financiamento a pequenas agroindústrias, adequação da legislação sanitária à realidade e escala da produção familiar.

O resultado das ações do PNAE pode ser verificado em várias dimensões sociais, ambientais e econômicas e culturais. Neste sentido podemos destacar como resultados positivos da atuação do programa a transferência de renda diretamente aos produtores do município, diminuindo o êxodo rural melhorando a qualidade de vida das famílias dos agricultores rurais e impulsionando a economia dos municípios; a aproximação entre os produtores e o governo; diversificação dos produtos, e aumento da produção de alimentos para o consumo humano; o estímulo ao consumo de frutas e hortaliças pelos alunos, bem como, de alimentos orgânicos, o que pode servir de estímulo a mudança da percepção ambiental dos educando promovendo o entendimento e preocupação em relação a produção e consumo de alimentos mais adequados (TUGOZ, 2017).

A agricultura familiar é uma das principais responsáveis pela manutenção do agricultor no campo, se houver apoio do estado, e esta estiver integrada em um ambiente favorável, poderá fornecer alimentos de boa qualidade, contribuindo para segurança alimentar da sociedade e o desenvolvimento rural (ABRAMOVAY, 1992; OLIVEIRA, 2014).

O PNAE contribui para a redução da pobreza e da insegurança alimentar

em zonas rurais, incentiva à organização e associação das famílias agricultoras, o fortalecimento do tecido social, a dinamização das economias locais, a ampliação da oferta de alimentos de qualidade e a valorização da produção familiar (FNDE, 2015).

Neste sentido, o Entrevistado 2 relata que cooperativa passou recentemente por uma fase de transição para a produção de alimentos orgânicos, e que agora com agricultores certificados podem nas próximas Chamadas Publicas, incluir alimentos livre de agrotóxicos.

Para Nazzari (2007) as orientações quanto a forma de organização da produção e comercialização dos produtos estão relacionadas com o desenvolvimento da propriedade rural de forma sustentável. Por isso a partir de modos de produção sustentáveis é possível unir a preservação dos recursos naturais com as práticas alimentares.

É importante compreender os aspectos econômicos que caracterizam a crescente dominação da agricultura pelo setor agroindústria. O Estado pode através das políticas publicas regulamentar e controlar as relações, interferir por meio de mecanismos que promovam a produção de alimentos saudáveis, combatam a fome, gerem emprego e renda e reduzam as desigualdades sociais, através do acesso democrático aos recursos produtivos e a garantia do bem estar das famílias inseridas no setor rural (DAMASCENO, 2014; SCHNEIDER, 2014).

Por fim, políticas públicas como o PNAE exercem um papel fundamental para o fortalecimento e o desenvolvimento sustentável da agricultura. Inserindo os agricultores familiares no mercado formal e na produção de alimentos para abastecer o mercado interno (COUTO et al, 2014).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou as compras de alimentos, a variedade e níveis de processamento dos mesmos adquiridos pelo PNAE no município de Foz do Iguaçu. Pelo que foi analisado no período de 2016 a 2022 das 123 variedades de alimentos comprados pelo PNAE a maioria sempre foram de alimentos in natura ou minimamente processados.

Alguns alimentos apesar de existir uma produção significativa no município não são adquiridos pelo programa, possivelmente são comercializados no mercado local ou em outros municípios.

A Chamada Publica apesar de favorecer os agricultores familiares locais; quando desconsideramos os alimentos comprados em ambas às modalidades temos que o Pregão complementa metade dos alimentos adquiridos pelos agricultores familiares. São adquiridos exclusivamente através do pregão 70% dos alimentos em quanto na Chamada Publicas 51% de agricultores familiares locais.

Deste modo é possível afirmar que a maior parte da variedade de alimentos ofertados pelo programa é adquirida por meio de licitações, por tanto são produzidos em sua maioria em outros municípios.

Considerando os alimentos identificados adquiridos em ambas as modalidades de compra, na maioria I.N.M.P, observa-se que estes são complementados por meio do Pregão pois a quantidade de alimentos ofertados pela agricultura familiar local é insuficiente frente à demanda.

Fica nítido que por meio do Pregão foi adquirida maior variedade de alimentos ao longo do período analisado, indicando a alta demanda pelos produtos. Em relação à compra pela Chamada Pública, há um valor médio, que oscila conforme produtividade e organização interna dos agricultores familiares em cooperativas.

Levando em consideração a Resolução N°06/2020 FNDE, podemos observar que dentre os alimentos adquiridos pelo PNAE em Foz do Iguaçu, o número de ultraprocessados (U.P) adquiridos caiu 50%, sendo todos eles adquiridos por Pregão. Nesta modalidade de compra o número de alimentos I.N.M.P vem crescendo ao longo do tempo, enquanto na Chamada Pública se mantém com pouca variação.

Outra observação feita é que na Chamada Pública a compra de alimentos P. caiu consideravelmente. Nas duas modalidades de compra foi possível perceber novos tipos de alimentos sendo adquiridos, na maioria com pouco grau de processamento (I.N.M.P). Ainda cabe destacar que as compras de alimentos através da Chamada pública

sinalizam alimentos mais frescos com menor grau de processamento e oriundos da agricultura familiar local.

Logo fica evidente que o PNAE tem obtido êxito em ofertar uma grande variedade de alimentos buscando garantir a SAN através do fomento a agricultura familiar do município que se organiza e profissionaliza para atender a demanda de alimentos.

Entretanto vale destacar que apesar do cumprimento da Lei 11.947/2009 em relação à porcentagem mínima de compras da agricultura familiar, a maior parte do valor destinado para alimentação escolar é gasto em licitações de ampla concorrência os chamados Pregões. A lei teve como consequência o aumento no número de itens oriundos da agricultura familiar, grande parte com pouco valor agregado devido as exigência que requer uma agroindústria de pequenos agricultores familiares. Alguns dos desafios apontados para que estes tipos de alimentos sejam produzidos pelos agricultores são pelo o maior controle de matéria prima, habilidades de rotulagem e seleção e/ou beneficiamento e atendimento das normas sanitárias pelos agricultores.

Apesar de Leis que em teoria beneficiariam os agricultores familiares pode ser observado neste estudo que as aquisições nas Chamadas Públicas tendem a estabilidade com tendência a diminuir em relação à variedade de alimentos ofertados. Com o passar dos anos e experiência dos agricultores na prestação de serviço para o PNAE não foi possível identificar maior produção de variedades de alimentos ofertados pela cooperativa.

Considerando que a maioria dos alimentos I.N.M.P são adquiridos através do Pregão que complementa metade da Chamada Publica, foi possível identificar dificuldades por parte dos agricultores em acessar políticas voltadas à Agricultura Familiar. Como indicado pelo IDSC-BR no município de Foz do Iguaçu os Agricultores Familiares têm pouco acesso ao PRONAF, e ainda há um baixo percentual de estabelecimentos que possuem certificação de prática de agricultura orgânica, fatores que impactam negativamente na oferta de alimentos para o PNAE.

O acesso dos agricultores familiares a outras políticas contribui com a produção consequentemente com a disponibilidade de alimento. O que possibilitaria o atendimento da demanda de alimentos em quantidade e variedade adequada que o município necessita por isso alguns alimentos ofertados pela cooperativa ainda é produzido em outros municípios.

Portanto, para que sejam contempladas as demandas relacionadas a SAN, é necessário que ocorra o apoio às unidades produtivas familiares economicamente

mais fragilizadas, melhorando a capacidade de produção e facilitando o acesso a outras políticas.

Fica claro a necessidade do serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para a cooperativa, da mesma forma que a presença da nutricionista trouxe maior qualidade para a gestão e execução do PNAE, profissionais que prestam o serviço de ATER garantiriam avanços consideráveis na produção de alimentos e garantia da SAN, além de contribuir para a transição para cultivos livre de agrotóxicos e para que empreendimentos de pequena escala consigam atender as legislações existentes.

Como uma das limitações deste estudo e sugestão para outros estudos, considerar a quantidade (unidade/peso) de cada produto e detalhar os produtos in natura ou minimamente processados adquiridos pelo Pregão subsidiará elementos para outras análises referentes ao assunto.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão, São Paulo: Hucitec/Unicamp, 1992.

ABREU, Mariza. ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: combate à desnutrição e ao fracasso escolar ou direito da criança e ato pedagógico? Em Aberto, Brasília, ano 15, n.67, jul./set. 1995.

AUDIÊNCIA PÚBLICA 13/05– CÂMERA FOZ. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=So_X9_z8J-0&t=4194s> Acesso em: 25 de Jun de 2022.

BELIK, Walter. Agricultura familiar, políticas públicas e os novos mercados. Alimentação escolar: construindo interfaces entre saúde, educação e desenvolvimento. Chapecó, SC: Unochapecó, p. 65-88, 2016.

BURITY, Valéria et al. Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional. Brasília: Abrandh, 2010.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Diário Oficial da União, 2009.

BRASIL Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Alimentos regionais brasileiros. 2. ed. Brasília, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Diário Oficial da União 2013

BRASIL. Política Nacional de Alimentação e Nutrição / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Básica. – Brasília : Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_alimentacao_nutricao.pdf> Acesso em: 25 de Fev de 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – 2. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2015.

BRASIL. Guia alimentar para a população brasileira / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2. ed., 1. reimpr. – Brasília : Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE).

Programas PNAE. Disponível em: < <https://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-sobre-o-programa/pnae-historico> > Acesso em: 25 de Maio de 2022.

CAPORAL, Francisco Roberto. Bases para uma nova ATER pública. Extensão Rural, n. 10, p. 1-20, 2003.

CHRISTMANN, Aline Cristina. Demanda versus oferta de alimentos oriundos da agricultura familiar na alimentação escolar no Município de Foz do Iguaçu, Paraná. 2016.

COSTA, Ester de Queirós; RIBEIRO, Victoria Maria Brant; RIBEIRO, Eliana Claudia de Otero. Programa de alimentação escolar: espaço de aprendizagem e produção de conhecimento. Rev. Nutrição, Campinas, v.14, n.3, p. 225-229, set./dez., 2001.

COUTO, H. L. G.; RIBEIRO, F. L. Compras Públicas Sustentáveis: mecanismo para a promoção do consumo sustentável no Brasil. In: IX ENCONTRO NACIONAL DA ECOECO. Outubro de 2011.

DAMASCENO, N. P.; KHAN, A. S.; LIMA, P. V. P. S. O impacto do Pronaf sobre a Sustentabilidade da Agricultura Familiar, Geração de Emprego e Renda no Estado do Ceará. RESR, Piracicaba/SP, v. 49, n. 1, p. 129-156, Jan/Mar 2011.

DEL GROSSI, M. E. Algoritmo para delimitação da agricultura familiar no Censo Agropecuário 2017, visando a inclusão de variável no banco de dados do Censo, disponível para ampla consulta. Brasília: FAO/MAPA/FINATEC, 2019.

DOS SANTOS, Luana Ferreira et al. Implicações das redes sociais para o acesso às políticas públicas: análise em cooperativas da agricultura familiar. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, v. 14, n. 1, 2018.

DUTRA, Italo João Bolqui; PORCÉ, Matheus; MICHELLON, Ednaldo. Análise do PRONAF nas mesorregiões do Paraná (2013-2018). Orbis Latina, v. 10, n. 1, p. 157-172, 2020.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). Programas- O que é o PNAE?. Disponível em: < <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-sobre-o-programa/pnae-sobre-o-pnae> > Acesso em: 13 de fevereiro de 2022.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). HISTORICO. PNAE. Disponível em: < <https://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-sobre-o-programa/pnae-historico> > Acesso em: 23 de Março de 2022.

FROEHLICH, Elisângela. A capacidade de “fazer diferente”: os condicionantes legais e as estratégias de governança na implementação do Programa de Alimentação Escolar em Dois Irmãos e Tapes (RS). Porto Alegre, 2010.

FERREIRA, Rafael Lucas Alves. Mercados Agroalimentares e Agricultura Familiar em Foz do Iguaçu: Um Estudo da Agroindústria Familiar Delícias do Campo. 2015. 53 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar– Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2015.

GARCIA, Jaciara Reis Nogueira et al. O Programa Nacional de Alimentação Escolar como promotor do desenvolvimento rural sustentável e da segurança alimentar e nutricional em

Marechal Cândido Rondon-PR. 2018. 112 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rural, 2016.

GUERRA, Miguel Pedro; ROCHA, Fernando Souza; NODARI, Rubens Onofre. Biodiversidade, recursos genéticos vegetais e segurança alimentar em um cenário de ameaças e mudanças. Embrapa Cerrados-Capítulo em livro científico (ALICE), 2015.

H2FOZ. PEQUENOS AGRICULTORES CRIAM NOVA COOPERATIVA EM FOZ, 2021. Disponível em: < <https://www.h2foz.com.br/economia/pequenos-agricultores-criam-nova-cooperativa-em-foz> >. Acesso em: 13, junho e 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos. Disponível em:< https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf >. Acesso em: 27 abr. 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Produção Agrícola Municipal. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/foz-do-iguacu/pesquisa/14/10193>>. Acesso em: 10 Jun. 2020.

IPEA. Instituto de Pesquisa e Econômica Aplicada. ODS – Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável Proposta de adequação. Agenda 2030. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. 2018. Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades. Brasil: Disponível em:< <https://idsc-br.sdgindex.org>> 2018.

JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. São Paulo: Dialética, 2010.

LIBERMANN, Angelita Pinto; BERTOLINI, Geysler Rogis Flor. Tendências de pesquisa em políticas públicas: uma avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE. Ciência & Saúde Coletiva, v. 20, p. 3533-3546, 2015.

LOUREIRO, Isabel. A importância da educação alimentar: o papel das escolas promotoras de saúde. Revista Portuguesa de Saúde Pública, v. 22, n. 2, p. 43-55, 2004.

LOUZADA, Maria Laura da Costa et al. Alimentos ultraprocessados e perfil nutricional da dieta no Brasil. Revista de Saúde Pública, v. 49, 2015.

MALUF, Renato. Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional e a Agricultura Familiar. A AGRICULTURA FAMILIAR E O DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO, S.D.

MALUF, R. Compras governamentais para a alimentação escolar e a promoção da agricultura familiar. Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura. n. 27. 2009.

MALUF, Renato S. Alimentação, escola e agricultura familiar. Estudo de Observação de Políticas Públicas para a Agricultura (OPPA), nº 26, maio de 2009

MATIHARA, C. H.; TREVISANI, T. S.; GARUTTI, S. Valor nutricional da merenda escolar e sua aceitabilidade. Revista Saúde e Pesquisa, Maringá, v. 3, n.1,p.71-77, 2010. Acesso em 01 de Novembro de 2021. Disponível em: https://www.academia.edu/33169025/Valor_Nutricional_da_Merenda_Escolar_e_sua_Acei

tabilidade.

MARSDEN, Terry et al. The condition of rural sustainability. Royal Van Gorcum, 2003.

MAZALLA N. W.; ROCHA, L. M. Fortalecimento da soberania alimentar na agricultura camponesa e familiar por meio de circuitos locais de comercialização. Cadernos de Agroecologia, 2017. Acesso em 01 de Novembro de 2021. Disponível em: <http://cadernos.aba-agroecologia.org.br/index.php/cadernos/article/view/616>.

MESSIAS, Liege Sabrina. A chamada pública como alternativa à licitação: seu uso na aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar. 2018.

MONTEIRO, Carlos Augusto et al. Uma nova classificação de alimentos baseada na extensão e propósito do seu processamento. Cadernos de saúde Pública, v. 26, p. 2039-2049, 2010.

NAZZARI, Rosana Kátia; BERTOLINI, Geysler Flor; BRANDALISE, Loreni Terezinha. Gestão das unidades artesanais na agricultura familiar: uma experiência no Oeste do Paraná. Cascavel/PR: EDUNIOESTE, 2007.

PAIVA, Janaína Braga de. Hábitos alimentares regionais no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar em um Município do sertão baiano: uma abordagem qualitativa. Salvador-Bahia, março de 2011.

PEIXINHO, Albaneide Maria Lima. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. Ciência & Saúde Coletiva, v. 18, p. 909-916, 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU. Portal da Transparência do Governo Federal, 2022. Disponível em: <<http://www2.pmfi.pr.gov.br/giig/portais/portaldatransparencia/licitacoes/wfrmLicitacoes.aspx>>. Acesso em: 20, Junho e 2022.

RIBEIRO, Karoline. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no município de Foz do Iguaçu: estudo da Escola Municipal Papa João Paulo I. 2015.

ROTENBERG, Sheila et al. Nutrição na Estratégia de Saúde da Família: experiência de formação permanente dos nutricionistas do Município do Rio de Janeiro. In: 10º Congresso Internacional da Rede Unida. 2012.

SANTOS, Ligia Amparo da Silva. O fazer educação alimentar e nutricional: algumas contribuições para reflexão. Temas livres – Free Themes, p. 453-462, julho/novembro de 2010.

STOLARSKI, Márcia Cristina. Caminhos da alimentação escolar no século XXI. Histórico da política nacional e avanços na gestão do Paraná. Alimentação saudável e sustentabilidade ambiental nas escolas do Paraná, Curitiba, Instituto Emater, p. 9-36, 2014.

SILVA, Cleliani de Cassia da; BOCCALETTO, Estela Marina Alves. Educação para a Alimentação Saudável na Escola. In: BOCCALETTO, E. M. A; MENDES, R. T; VILARTA, R. Estratégias de Promoção da Saúde do Escolar: atividade física e alimentação

saudável. 1º Edição. Campinas: IPES, 2010

SONNINO, Roberta; MORGAN, Kevin. Repensando a Alimentação Escolar: O Poder do Prato Público. Estado do Mundo. p. 72-78, 2010.

SCHOTTZ, V. PAA e PNAE: fortalecimento da agricultura camponesa e garantia do direito humano à alimentação adequada. In: Camponesas promovendo a soberania alimentar com diversidade regional. Movimento de Mulheres Camponesas: Brasília, 2012.

SCHNEIDER, S. Território, Ruralidade e Desenvolvimento. In. Velásquez Lozano, Fabio; Medina, Juan Guillermo Ferro (Editores). (Org.). Las Configuraciones de los Territorios Rurales em El Siglo XXI. 1 ed. Bogotá/Colombia: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2009, 2009, v.1, p. 67-108. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/726.pdf>. Acesso em: 13 out. 2014

SCHMITT, Claudia Job. Encurtando o caminho entre a produção e o consumo de alimentos. Revista Agriculturas, v. 8, n. 3, p. 3-8, 2011.

SCHWARTZMAN, Flavia. Vinculação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) com a agricultura familiar: caracterização da venda direta e das mudanças para os agricultores familiares no estado de São Paulo. 2015. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

TUGOZ, Jamila E.; LEISMANN, Edison Luiz; BRANDALISE, Loreni Teresinha. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) como instrumento de promoção do desenvolvimento sustentável da agricultura familiar. Sustentabilidade e responsabilidade social, p. 80, 2017.

APÊNDICE 01 -

Roteiro da entrevista aplicada a Nutricionista Débora Magalhães

1. Atualmente quantos alunos são atendidos pela rede municipal de educação?
2. Quantas refeições ao dia são oferecidas no município ?
3. Qual o custo deste serviço ?
4. Qual o percentual de compras da agricultura familiar?
5. Quais as limitações para aumentar as aquisições?
6. Quais os principais desafios que dificultam a alimentação escolar?

Roteiro da entrevista aplicada ao gerente financeiro da COAFFOZ Jandir Rodrigues.

1. Qual atividade exerce na cooperativa?
2. Quais as principais dificuldades e desafios que a cooperativa enfrenta na produção e fornecimento de alimentos para o PNAE ?
3. Problemas climáticos têm afetado a produção de alimentos?
4. Como a assistência técnica e a extensão rural (ATER) poderiam contribuir no fornecimento de alimentos pela cooperativa?
5. Como é organizada a logística de produção e entregas?
6. Como é feita a estimativa de preços e escolha dos produtos ofertados?
7. Quais alimentos produzidos não são adquiridos pelo PNAE ? Porque?
8. Quais produtos poderiam ser incluídos?
9. Os Alimentos Orgânicos possui maior valor agregado em comparação com outros produtos convencionais. O que impede a cooperativa produzir estes alimentos para serem incluídos na oferta da alimentação escolar?
10. A maior parte dos alimentos comprados da agricultura familiar são in natura ou minimamente processados. Considera que as normas sanitárias são um dos principais entraves para a venda de produtos com maior grau de processamento (polpa de frutas, sucos, temperos desidratados, queijos, geleias, etc)? Cite outros entraves se houver.
11. Os agricultores membros da cooperativa que fornece alimentos para o PNAE estão incluídos em outras políticas públicas (PRONAF, PAA) ? Quais os desafios enfrentados no município para ter acesso a outras políticas?